

P  
Jurid/IAA  
v. 29/n. 84/ex. 1  
1964

JURÍDICA (antigo Boletim da Divisão Jurídica, fundado por Francisco da Rosa Otteica) é editada pela Divisão Jurídica do Instituto do Açúcar e do Alcool, para estudo e divulgação dos temas jurídicos e sociais relativos à

# JURÍDICA

— REVISTA TRIMESTRAL —

Vol. XXIX N.º 84 Janeiro - Março - 1964

- ★ ADMINISTRAÇÃO AUTARQUICA
- ★ DIREITO ADMINISTRATIVO
- ★ DIREITO E POLITICA AGRARIA
- ★ INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMINIO ECONOMICO

★

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

JOSÉ MOTTA MAIA

(Redator-responsável)

NELSON COUTINHO

PAULO PIMENTEL BELLO

JOSÉ LEAL GUIMARAES

★

## EDITORA

ZEIA PINHO DE REZENDE SILVA

★

## ASSINATURAS

Rio - São Paulo - Minas Gerais -  
Rio de Janeiro e Espírito Santo  
(Anual, 4 números) Cr\$ 1.000,00  
Demais Estados ... Cr\$ 1.200,00  
Estrangeiro ..... US\$ 1,00

## NÚMERO AVULSO

No Rio ..... Cr\$ 300,00  
Nas demais cidades do Brasil  
Cr\$ 400,00

Cada volume, correspondente a  
um ano, compõe-se de 4 números.

★

Os trabalhos assinados exprimem  
conceitos da responsabilidade de  
seus subscritores, coincidentes ou  
não com os pontos de vista da  
redação desta Revista.

★

## REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua 1º de Março, 6 - 7º andar  
Sala 7 — Fone 31-2538  
Rio - GB.

★

PEDE-SE PERMUTA

PIDESE CANJE

ON DEMANDE L'ÉCHANGE

WE ASK FOR EXCHANGE

ONI PETAS INTERSANGNON

## SUMÁRIO

Págs.

— *Pelo Aperfeiçoamento do Sistema de Defesa da Agro-Indústria Canavieira* ..... 3

### I — TEMAS EM DESTAQUE

— *Elementos para a Teorização da Autarquia* —  
A. B. Cotrim Neto ..... 5  
— *Pelo Princípio da Imediata Produção da Prova no Processo Civil* — José Olímpio de Castro Fº ..... 12  
— *Alguns Aspectos de uma Pretendida Emenda Constitucional Visando a Reforma Agrária* — Renato Ferreira Leite ..... 22  
— *Do Termo nos Agravos no Auto do Processo* —  
Waldo Ferraz Costa Jr. .... 28  
— *Da Necessidade de um Código de Processo Fiscal* —  
Otto Gil ..... 31

### II — DIREITO APLICADO

— *Filiais, Sucursais e Agências* — Pontes de Miranda ..... 47  
— *A Vontade do testador no Direito Sucessório* —  
Edgard de Castro Rebello ..... 51  
— *Da Competência dos Estados para Organizar as Juntas de Comércio* — Arnold Wald ..... 56  
— *Direitos da Mulher Casada em Face da Lei nº 4.121, de 1962, que Modificou o Código Civil* —  
João de Oliveira Filho ..... 67  
— *Empréstimo Compulsório: é um Tributo Jamais um Empréstimo* — João Mangabeira ..... 69  
— *Empréstimo Compulsório: não Constitui Tributo nem se Subordina ao Princípio Estatuído no art. 141 § 34 da Constituição* — José Cavalcanti Neves ..... 73  
— *A Taxa de Estatística: Regulamentação de sua Arrecadação* — Raymundo Orlando Guilhon .. 82  
— *Intervenção do Instituto do Açúcar e do Alcool em Usina* — Paulo Pimentel Bello ..... 86  
— *Faltas de Nota de Remessa e de Entrega: Infração do Decreto-lei nº 1.831, de 1939* — Hélio Cavalcanti Pina ..... 89  
— *Imunidade Tributária de Autarquia Estadual* —  
(Acórdão do Supremo Tribunal Federal) .... 92  
— *Delegação de Poderes: Hipótese em que não se Configura* — Acórdão do Tribunal Federal de Recursos) ..... 94  
— *Demissão de Funcionário Absolvido em Processo Criminal* — (Acórdão do Supremo Tribunal Federal) ..... 96  
— *Imunidade Tributária: Taxa de Despacho Aduaneiro* — (Conselho Superior de Tarifa) .... 98  
— *Da Demissibilidade de Diretor de Sociedades por Ações* — (Memorial do Advogado Nelson Coutinho e Sentença de 1ª Instância) ..... 100

(Continua na pág. seguinte)

A conclusão do A. é que, sob o regime da coletivização, não pode haver agricultura progressista, nem se chegará àquela era de *abundância para todos*, tão desejada pelos regimes socialistas.

Conclui registrando os progressos que, nesse setor, se verificam nos países em que a propriedade da terra é dos produtores e dá notícias sobre as últimas reformas agrárias nesses países, principalmente no Japão.

O livro de Benson tem um marcado sentido de prevenção contra o regime de coletivização da terra, o que lhe dá o caráter de tese. Mas forçoso é reconhecer que muitos dos fatos que êle encerra, vêm sendo confirmados pelas informações inclusive oficiais que nos chegam da Rússia Soviética, das quais são mais expressivas aquêlê conselho de Kruschév aos agricultores da área socialista para que sigam os processos de cultivo dos agricultores dos Estados Unidos e recomendação para que se reduzam, ao mínimo, os contrôles burocráticos sobre as fazendas, cabendo a cada núcleo de produção decidir o que deva plantar e como operar.

---

EVANDRO GUEIROS LEITE — CONFLITOS INTERCONTEXTUAIS DE PROCESSO (Prevalência das Normas Processuais Genéricas) — Livraria Freitas Bastos S. A., Rio, 1963.

— Os conflitos entre contextos legislativos que se resolvem pela prevalência de regra de determinado contexto sobre o de outro contexto diferente, eis o tema central desse livro que se constitui de dissertação do A. para o concurso de livre docência à Cadeira de Direito Judiciário Civil da Universidade do Estado da Guanabara.

Além dos conflitos *intercontextuais* — neologismo jurídico indispensável — aponta o A. os conflitos *intertextuais*, os existentes em um mesmo contexto que tanto pode se traduzir na incompatibilidade entre um dispositivo e o espírito ou "orientação geral da nova lei", como entre dispositivos desse contexto. Sublinhando que os conflitos *intercontextuais* se resolvem geralmente pela predominância do específico sobre o genérico, mostra como no direito processual se verifica uma exceção a esse princípio, com a predominância do específico sobre o genérico.

A pluralidade de contextos em que se exprimem as normas processuais civis no Brasil, — normas processuais genéricas, gerais ou comuns, codificadas em repertório principal e normas processuais especiais, codificadas em contextos acessórios distintos, complementares ou modificativas do C.P.C. — não contraria o princípio da unidade processual objetivada pelo novo Código (Decreto-lei nº 1 608, de 18 de setembro de 1939) porque todas as disposições legais, principais ou acessórias, "se completam no plano de aplicação das leis de cunho material" com a predominância ou supremacia do Código do Processo Civil. Dentre outros exemplos, cita os casos de recursos contemplados na lei de falências, que são recursos típicos do C.P.C. Por outro lado, há que se manifestar reparo na tendência a invadir a competência do C.P.C. e das leis de processo em geral, da competência privativa da União, por parte dos tribunais, a começar pelo Supremo Tribunal Federal, com a instituição das "correções parciais" e das "reclamações regimentais".

O que não nos parece fácil alcançar no quadro dos conflitos apontados pelo A. em seu magnífico e original trabalho de análise, é a possibilidade de existência de contradição ou conflito entre "normas processuais civis entendidas como princípios jurídico-científicos" e disposições de caráter legislativo, normas de processo peculiar "distinta do processo comum ou genérico".

Se é difícil como adverte SAREDO, citado por MAXIMILIANO, deslindar as antinômias entre textos de lei, o que a outros se afigura até impossível, que dirá dos dissídios entre êsses textos e normas ou princípios gerais?

Não existe acôrdo entre os juristas sôbre os *princípios* gerais de direito que tanto podem ser o direito natural (BRUNETTI); os que resultam da "natureza das coisas" (GENY) como os que para cada povo resultam de seu sistema jurídico. Tudo muito vago, muito discutível.

Mas que é sistema jurídico? GENY observa que a falta de apoio objetivo em disposições senão em a natureza das coisas "noção imprecisa e fecunda", erigida em sucedâneo das fontes formais positivas (GENY, in *Meth. d'Int. et Sources en Droit Positif*, vol. I).

O fim dêsse trabalho é "demonstrar com a mão na lei, na sua sistemática, que, nos conflitos intercontextuais, as normas processuais genéricas, em virtude das suas características de normas de direito público, enfeixadas num Código de Processo Civil, promulgada como lei unitária" tem predominância sôbre as leis especiais de processo, e esta se opera de maneira suplementar, subsidiária ou supletiva.

Louvável é o objetivo do A.: reforçar a corrente da legalidade "com o objetivo de evitar o perecimento do sistema e a instalação do caos social, a que chegamos sempre que a ordem jurídica é desrespeitada ou desvirtuada (pág. 101).

A defesa da ordem jurídica não se fará apenas pela preocupação de cumprir as leis mas se fará de modo especial, mediante a ação dos responsáveis pela sua aplicação exata: "o direito precisa transformar-se em realidade eficiente, no interesse coletivo e também no individual" (CARLOS MAXIMILIANO, in *Hermenêutica*, parágrafo 8).

A tal respeito, não há ramo do direito que tenha maior importância do que o direito processual, como assinalára, há pouco HENRY SOLUS, da Faculdade de Direito de Paris, nos estudos em homenagem a Georges Ripert. — M.M.

---

A. L. MACHADO NETTO — INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DO DIREITO (2º vol.)  
— Edição Saraiva, São Paulo, 1963.

— Este segundo volume, trata especificamente da Sociologia Jurídica, em continuação ao 1º vol. dedicado ao estudo e exame dos pressupostos epistemológicos da Ciência do Direito. O problema dos objetivos e do método da sociologia ou mais genericamente, da ciência social. Tem esta, um objetivo próprio, como tôdas as ciências. As várias correntes em que se situam os sociólogos de vários países, criaram várias escolas de sistematização das tendências sociológicas: a corrente alemã, "dominantemente teórica"; a corrente norte-americana, dominada de pragmatismos inerentes ao seu povo; a corrente francesa, e até a sociologia brasileira, de várias influências e à procura de uma definição.

O A. intenta traçar ou definir um quadro sociológico do direito brasileiro, partindo de suas raízes coloniais, com as influências do direito lusitano, com as mudanças do processo emancipador, até o movimento da Independência que nos deu a primeira Constituição. Daí partimos para a realização do que o A. denomina nossa "Emancipação Jurídica", obra dos bacharéis, dos advogados e dos magistrados. Mas observa que, apesar de toda nossa evolução, muito há que fazer pelos juristas, a êles cabendo "elaborar as formas institucionais do comando jurídico e político do nosso desenvolvimento".